

**O ESTADO-AVALIADOR E SUAS INFLUÊNCIAS NAS  
POLÍTICAS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA**

**THE EVALUATING STATE AND ITS INFLUENCES ON  
BRAZILIAN ACADEMIC POLICIES OF PRODUCTION**

**EL ESTADO EVALUADOR Y SUS INFLUENCIAS EN LAS  
POLÍTICAS DE PRODUCCIÓN ACADÉMICA BRASILEÑA**

**Amarildo Luiz Trevisan<sup>1</sup>**  
**Evandro Dotto Dias<sup>2</sup>**  
**Iara da Silva Ferrão<sup>3</sup>**

**Resumo**

O Estado, na visão de Agamben, atualmente é considerado um órgão sistematizado e estruturado em um arcabouço de poder biopolítico, respondendo às nuances do mercado capitalizado, no qual se preconiza a instrumentalidade de um padrão de conhecimento competitivo e utilitário. Nesse sentido, deslocado da imprescindível relação com a formação cultural de cada nação e suas nuances sociais originárias. As humanidades podem contribuir com esse debate, perguntando pelas finalidades e horizontes que se pretende atingir com essa luta. Se este é um modelo único e intransponível de avaliação, ou se é possível pensar outras metas para evitar a barbárie social e competitiva entre pesquisadores, programas de pós-graduação e universidades? Além disso, qual significado das pesquisas e ideias imersas nesse contexto, sobre quem realmente vence no sistema avaliativo-econômico e o preço para os que se adaptam aos seus interesses. A partir da ideia de formação cultural e da reflexão sobre a relação de reconhecimento do outro a liberdade acadêmica pode buscar significado na relação crítico-social e colaborativa. Nesse contexto, busca suas relações e verdades e não a determinação reificada nas relações de exercício profissional e produção do conhecimento.

**Palavras-chave:** Estado; Política; Humanidades; Conhecimento útil.

**Abstract**

The State, in the view of Agamben, is currently considered a systematized organ and structured in a framework of biopolitical power, responding to the nuances of the capitalized market, in which instrumentality is advocated of a standard of competitive and utilitarian knowledge. In this sense, displaced from the essential relationship with the cultural formation of each nation and its original social nuances. The humanities can contribute to this debate, asking for the aims and horizons that are intended to be achieved with this struggle. If this is a unique and insurmountable model of assessment, or if it is possible to think of other goals to avoid social and competitive barbarism among researchers, graduate

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Titular de Filosofia da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – PQ/1C. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3575-4369> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2534601801498544> E-mail: [trevisanamarildo@gmail.com](mailto:trevisanamarildo@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Servidor Técnico-Administrativo em Educação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3111-5308> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9823324516528411> E-mail: [evandrodotto@yahoo.com.br](mailto:evandrodotto@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0616-5047> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6560882930658754> E-mail: [iaraferrao@hotmail.com](mailto:iaraferrao@hotmail.com)

programs and universities? In addition, what is the meaning of the research and ideas immersed in this context, about who really wins in the evaluation-economic system and the price for those who adapt to their interests. From the idea of cultural formation and reflection on the relationship of recognition of the other, academic freedom can seek meaning in the critical-social and collaborative relationship. In this context, it seeks its relationships and truths and not the reified determination in the relationships of professional practice and knowledge production.

**Keywords:** State; Politics; Humanities; Useful knowledge.

### **Resumen**

El Estado, en opinión de Agamben, se considera actualmente un órgano sistematizado y estructurado en un marco de poder biopolítico, respondiendo a los matices del mercado capitalizado, en el que se aboga por la instrumentalidad de un estándar de conocimiento competitivo y utilitario. En este sentido, desplazados de la relación esencial con la formación cultural de cada nación y sus matices sociales originales. Las humanidades pueden contribuir a este debate, preguntando por los objetivos y horizontes que se pretende lograr con esta lucha. ¿Es este un modelo de evaluación único e insuperable, o es posible pensar en otros objetivos para evitar la barbarie social y competitiva entre investigadores, programas de posgrado y universidades? Además, cuál es el significado de la investigación y las ideas inmersas en este contexto, acerca de quién realmente gana en el sistema económico de evaluación y el precio para quienes se adaptan a sus intereses. Desde la idea de la formación cultural y la reflexión sobre la relación de reconocimiento del otro, la libertad académica puede buscar significado en la relación crítico-social y colaborativa. En este contexto, busca sus relaciones y verdades y no la determinación reificada en las relaciones de práctica profesional y producción de conocimiento.

**Palabras clave:** Estado; Política; Humanidades; Conocimiento útil.

### **Aspectos introdutórios**

A sociedade global é profundamente influenciada pelo mercado, sendo que os países em desenvolvimento, como o Brasil, cada vez mais têm sua capacidade política restringida pelo discurso de adequação econômica. As transformações sociais influenciam o Estado, as sociedades e os sujeitos em relação às suas escolhas no seu dia a dia, em um mundo “sem fronteiras” visíveis. A construção do *status* social de um país na estrutura mundial está envolta em um conceito econômico de sucesso, por intermédio de um conceito de sociedade conectiva. Entretanto, este modelo está atrelado prioritariamente a uma capacidade política de alinhamento ao mercado internacional. Nesse sentido, a multinacionalização necessita da intensa produção de conhecimento e informações, reforçando o valor produtivo útil na academia. Nesse contexto, torna-se necessário o entendimento dos meios de construção, publicação e as políticas de avaliação em relação ao que está sendo produzido como saber. Portanto, uma das questões principais da pesquisa brasileira é o significado deste conhecimento formalizado que se transmuta em valor quantitativo para a comprovação de produtividade, mesmo que subjetiva. A estrutura hierárquica do capital global tem como

obrigatório o “selo de qualidade” do utilitarismo, para assim atribuir o seu peso, conforme a oferta e procura do seu produto.

As questões de produtividade na avaliação do conhecimento acadêmico remetem ao entendimento de que as estruturas dessa política regulatória possuem características do conceito de Estado-avaliador. Nesse sentido, Neave (2012) caracteriza o Estado-avaliador como uma estrutura de “verificação da eficiência” com o intuito principal de averiguar se suas políticas foram adotadas e as metas atingidas segundo o previsto normativamente.

Em termos claros, o Estado-avaliador exerce atualmente, para o mundo universitário, uma função muito semelhante à do Santo Ofício em uma época já longínqua. A avaliação institucional serve para lembrar aos preguiçosos as terríveis consequências do pecado renitente. Sua teologia tem sua contrapartida em rigores e ortodoxias da eficiência econômica (Neave, 2012, p.685-686).

Desse modo, a produção do conhecimento na academia brasileira conduz gradativamente o Estado a corroborar, de forma prioritária, a criação do conhecimento útil. Portanto, a pesquisa acadêmica no Brasil encontra-se em um processo de adequação formativa a um modelo burocrático-científico-tecnológico. Esse movimento fica evidente no momento em que a política avaliativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foca as suas atividades de pesquisas para a manutenção de um determinado *status* de pesquisa. Desta forma, condiciona o funcionamento e financiamento dos seus programas de pesquisa, permitindo que as políticas de Estado, fundamentadas em aspectos econômicos, ditem suas regras à produção do conhecimento. Este ambiente macroeconômico influencia direta e indiretamente os interesses da pesquisa acadêmica e sua produtividade, criando um ambiente de competição dentro e fora da academia. Caracteriza-se assim, analogamente à economia, uma produção bancária acadêmica para o pesquisador e sua pesquisa acadêmica, na qual, para ser contabilizado, o produto científico deve ter valor comercial e estar em forma de moeda ou bem.

No entanto, as Instituições de Ensino Superior (IES) ainda são um local formativo com relativa liberdade criativa em relação à construção do saber. Na visão de Dias Sobrinho (2012), a avaliação do conhecimento produzido no Brasil deve observar

aspectos sociais para além da capacidade formal e quantitativa. Nesse sentido, pode colocar em questão a supervalorização do conhecimento útil pelo Estado e a construção de indicadores para a validação de aspectos econômicos, como determinante de um obscuro processo de instrumentalização do processo investigativo. Neste momento da sociedade brasileira, mais do que nunca é inegável o papel de destaque da pesquisa na educação superior para a formação do sujeito e a construção da democracia. Podemos questionar se é necessário à pesquisa nacional e seus pesquisadores este reconhecimento comparativo através de *ranking* de produção. Qual seria o produto econômico esperado da pesquisa em educação? A educação pode tornar-se uma ferramenta contra ideológica de formação cultural-produtiva do Estado-avaliador? Um sistema colaborativo é possível?

Por isso, este artigo tem a intenção de questionar, a partir dos referenciais das humanidades, baseados em escritos de Hegel e de teóricos críticos como Theodor Adorno, Jürgen Habermas e Axel Honneth, os mecanismos do Estado para a *(a)creditação* de peso ao conhecimento produzido na pesquisa acadêmica brasileira. Procura-se mostrar que a potencialidade do mercado, de valorização exclusiva de um possível “produto útil”, aprisiona o fator humano ao capital na sua relação e organização econômica. E que a macroeconomia, através de sua influência no Estado, parece determinar direta ou indiretamente as metas de desenvolvimento dos produtores de conhecimento. Desse modo, defende que a transformação da conjuntura política atual passa pelos questionamentos oriundos da ideia de formação cultural e valorização das regionalidades pela autoconsciência de si, própria das humanidades, as quais podem se insurgir, fazendo valer uma visão formativa e colaborativa na liberdade acadêmica do exercício profissional. Nessa ótica, os pesquisadores não serão vistos somente como pacientes reificados à competitividade do mercado, mas também protagonistas de suas performances acadêmicas, contribuindo para a construção de cidadanias mais democráticas e inclusivas.

### **O Plano Nacional de Pós-Graduação (PGNPG) como uma política do Estado-avaliador**

Os argumentos utilizados como justificações econômicas são as prioridades de políticas de Estado, como se pode observar em algumas contextualizações do Plano Nacional de Pós-Graduação (Brasil, 2010) para o decênio 2011-2020.

O contexto é o Brasil, seu imenso potencial, os desafios da atualidade, a situação da pós-graduação e os gargalos do sistema. O país entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020, trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior (Brasil, 2010, p.16).

Podemos perceber nas expectativas do PNPG (2010) que o fato extraordinário esperado para a economia no momento de sua criação não foi alcançado até o momento. Quase ao fim do período de vigência deste plano, muitas metas não foram alcançadas e o salto econômico do país parece ainda estar envolto, para não dizer perdido, em complexidades políticas equivocadas. A visão original otimista do PNPG (2010) se transformou na atualidade em inquietude para os pesquisadores, gerando incertezas quanto às tomadas de decisões dos atuais governos para o financiamento da pesquisa brasileira.

O predominante incentivo à produção do conhecimento útil pode também forçar áreas como a educação à adequação, caracterizada na formação de produtos, ao invés de priorizar os processos de construção do sujeito para o exercício da cidadania e a emancipação social das populações menos favorecidas. Através da formatação técnico-científica, os resultados na pesquisa em humanidades, como a educação, filosofia e sociologia, entre outras, podem ser considerados “produtos não sólidos”, por não estarem alinhados com a expectativa do “resultado final” esperado.

Nesse contexto, as demonstrações estatísticas de comparação e a formação de mão-de-obra especializada para atendimento do mercado seriam as maneiras mais “produtivas” de viabilizar o processo educativo. Por sua vez, a construção da cidadania dentro de uma visão crítica não se caracteriza predominantemente de um modo quantitativo e pode ser questionada em relação à sua função útil por uma avaliação comparativa de visão cultural reducionista.

Para Goergen (2012, p.249), “As profundas mudanças econômicas, sociais e culturais próprias do nosso tempo incidem de modo determinante sobre os conceitos de cultura e civilização, com evidentes consequências para a experiência educativa”. E na visão de Agamben (2012), a economia possui um significado maior que o próprio conceito, tornando-se uma palavra de ordem. O filósofo italiano caracteriza que a intenção desse contexto político serve para que toda a sociedade aceite as medidas e restrições do Estado, sendo que, a palavra “crise”, significa simplesmente “Você deve obedecer!” Ainda segundo Giorgio Agamben (2012), “é preciso tomar ao pé da letra a ideia de Walter Benjamin, segundo o qual o capitalismo é, realmente, uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua”<sup>4</sup>.

Nesse sentido, Goergen complementa ser muito difícil falar em autonomia da ciência no momento em que a economia mundial e o desenvolvimento científico/cultural acabam se condicionando mutuamente: “Aliás, não poderia ser de outro modo num momento histórico em que o conhecimento se vincula mais e mais ao estrita e estreitamente econômico [...] Parece que os rumos da ciência, seus ritmos, temas e sentidos humanos são designados e determinados por imperativos econômicos” (Goergen, 2012, p. 249).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação que exerce a função de fiadora, fomento e mecanismo regulador de produtos acadêmicos, sendo um agente em potencial para um alinhamento produtivo, através dos dispositivos de avaliação que exerce junto aos programas de pós-graduação no Brasil. Portanto, ao fomentar, regular e induzir a produção acadêmica no Brasil, seus instrumentos contextualizam “o que” é importante produzir de conhecimento na academia.

Tendo em vista a produção do conhecimento através da “homogeneidade de avaliação” para Neave (2012), é o estabelecimento de metas de realização e

---

<sup>4</sup>Giorgio Agamben (2011) em “O reino e a glória: Uma genealogia teológica da economia e do governo”, conceitua a *oikonomia* e a diferenciação entre glória e glorificação. Neste aspecto, o autor descreve “o mistério da liberdade, que não é senão a outra face do mistério da economia (Agamben, 2011, p.60)”.

produtividade como um “constructo extremamente poderoso na instrumentalização de análises, avaliações, e verificações que já são por si poderosas”.

A homogeneidade de avaliação, já poderosa e sensível por si mesma, torna-se uma força a ser levada em consideração quando utilizada em conjunto com outros desenvolvimentos, e particularmente quando são focalizadas as mudanças nos sistemas de financiamento da universidade (Neave, 2012, p. 684).

O conhecimento acadêmico brasileiro produzido nas universidades é avaliado assim, aparentemente, como uma moeda em potencial para a economia globalizada. Sendo que, este produto necessita circular competitivamente no “ambiente acadêmico capitalizado” para ser caracterizado em moeda e valorizado comparativamente. Neste ciclo, existem as fases de produção, consumo/avaliação, e, posteriormente, o inevitável descarte, assim como na roda do capital. O conhecimento anteriormente produzido pela academia, em algum momento deixa de ter valor para a avaliação CAPES. Portanto, analogamente ao dinheiro (capital), é necessária a sua circulação, no caso, do conhecimento acadêmico, como um possível produto. A “capacidade potencial de mercado” dos seus produtores também é avaliada. Neste contexto, pode estar caracterizada a reificação do produtor (pesquisador), para a sua manutenção neste cenário competitivo.

A voz crítica da pesquisa em educação, filosofia e sociologia, etc., seus profundos embasamentos em autores clássicos e teóricos contemporâneos, podem buscar o equilíbrio da balança econômico-produtiva, preponderantemente comparativa. A pesquisa nas humanidades, em especial, na educação brasileira deve responder à justificação da prioridade de interesses da macroeconômica.

### **A produção do conhecimento *qualisado*: justificação ou verdade?<sup>5</sup>**

Como dito até aqui, no Brasil a pesquisa é regulada e fomentada de acordo com as regras da CAPES e do norteamento do PNPG (2010). A partir dessas considerações, observa-se dentro das conclusões sobre o financiamento da Pós-Graduação brasileira no

---

<sup>5</sup>A conceituação de justificação e verdade segue a concepção de Jürgen Habermas (2004) em seu livro “Verdade e Justificação”, para o qual a racionalidade comunicativa “exprime-se na força unificada da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado”.

PNPG a referência à competitividade e ao utilitarismo<sup>6</sup> para os objetivos das pesquisas acadêmicas e seu envolvimento tecnológico.

Portanto, políticas específicas devem ser implementadas para estimular a cooperação e integração de todos os segmentos da sociedade em busca de maior capacidade de inovação e, conseqüentemente, de competitividade, para se evitar que o setor acadêmico ainda permaneça com baixo envolvimento com o setor tecnológico. [...] Cabe mencionar também que os pesquisadores e cientistas que desempenham as atividades de pesquisa e pós-graduação fazem parte da mesma categoria funcional ou profissional de um servidor que presta serviços de natureza meramente administrativa, sendo que suas atividades não deveriam se circunscrever tão somente ao exercício de atividades acadêmicas (Brasil, 2010, p. 279).

O conhecimento, atualmente aceito como o produto da pesquisa acadêmica, é um passivo tangível para o sistema do Estado-avaliador. Uma variável matemática dentro de uma fórmula, que busca a atribuição de peso para a mensuração justificada idealmente da capacidade de colaboração desse conhecimento produzido pelo pesquisador para os interesses do Estado em sua relação com a macroeconomia. Uma justificação para a modelagem da produção do conhecimento acadêmico com uma preponderante intenção instrumental teleológica.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (Brasil, 2010) em muitos momentos demonstra ser, também, um instrumento de alinhamento, indução e justificação, que coloca o resultado da pesquisa acadêmica, pesquisadores e a academia sob a guarda dos interesses econômicos dominantes do mercado produtivo.

O pesquisador pode e deve, além de promover a inovação, participar da inserção do resultado de sua pesquisa no mercado produtivo. [...] Para que o país possa de fato se tornar competitivo no cenário internacional e se colocar, de forma sustentável, como potência econômica, científica e tecnológica, as recomendações deste texto devem ser avaliadas e consideradas na elaboração das políticas governamentais (Brasil, 2010, p. 279).

Para entendermos melhor essa analogia, podemos observar que o ranqueamento por si só determina a hierarquia competitiva na academia, na qual o *status* do

---

<sup>6</sup>Giorgio Agamben em “O reino e a glória: Uma genealogia teológica da economia e do governo (2011)”, conceitua a *oikonomia* e a diferenciação entre glória e glorificação. Neste aspecto, o autor descreve “o mistério da liberdade, que não é senão a outra face do mistério da economia (p.60)”.

conhecimento é avaliado e não o conteúdo em si gerado pelas pesquisas. Portanto, estes procedimentos são semelhantes ao funcionamento dos algoritmos econômicos, que detêm o peso virtual da moeda determinando comparativamente sua potencialidade no mercado.

Para o PNPG (Brasil, 2010, p.18), a condução ao padrão de importância econômica se define na continuidade de políticas, “retomando a ideia da indução estratégica contida no Plano anterior, um dos eixos do novo Plano será a organização de uma agenda nacional de pesquisa, também ela organizada em torno de temas, de acordo com sua relevância para o país e das oportunidades que se avizinham”.

Aqui cabe questionar se esta relevância é baseada de fato no desenvolvimento social brasileiro. A universidade figura para o Estado como uma ferramenta potencial para demonstração de índices e cumprimento da cartilha da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)? A voz crítica dos pesquisadores das áreas da filosofia, sociologia e educação podem buscar o equilíbrio social na balança preponderantemente economicista?

A formação cultural e econômica da educação brasileira se torna um “alvo fácil” para a crítica das avaliações comparativas e predominantemente quantitativas. O peso atribuído às variáveis remete ao questionamento do “por que” e “para quem”, se está direcionando o conhecimento de “excelência”, produzido, comparado e *ranqueado* nos programas de pós-graduação nacionais. Esta disputa por mercado ocorre também entre os próprios pesquisadores, na medida em que o olhar da avaliação independe de distinção em suas diversas áreas de conhecimento. Qual a real necessidade social do conhecimento útil produzido e publicado em periódicos qualizados, para um país em desenvolvimento? Pode-se recorrer a Hegel para entender como essas expectativas externas não se coadunam a um processo de desenvolvimento que se alia não somente a fins:

Assim, essa demonstração toma um caminho que começa num ponto qualquer, sem se saber que relação tem com o resultado que deve provir. O curso da demonstração assume *estas* determinações e relações e deixa outras de lado, sem que imediatamente se possa ver qual a necessidade [disso]; uma finalidade exterior comanda esse movimento (Hegel, 1992, p.44).

Portanto, este movimento virtual do conhecimento como a “coisa-em-si”, abandonado de sua significância, é que potencializa o lucro no cenário competitivo da macroeconomia. O *status* do crescimento no *ranking* mundial de desenvolvimento econômico parece ter um alto preço social para os países em desenvolvimento como o Brasil. Mas a linguagem acadêmica na pesquisa e produção de conhecimento deveria buscar, predominantemente, e ao contrário, o diálogo com as necessidades sociais e a realidade brasileira.

Até mesmo o conjunto da linguagem acadêmica é uma linguagem funcional estreitamente ligada à racionalidade instrumental, tão enfaticamente criticada por Adorno. Os conceitos e palavras, ao invés de servirem ao esclarecimento, colocam-se a serviço do conhecimento objetivo e útil, sem espaço para seus sentidos e significados humanos. A divisão entre ciências e humanidades e o desprezo dessas últimas é a manifestação clara disso que a hegemonia da razão instrumental esconde. [...] Tudo está decidido de antemão através da identificação antecipada do mundo totalmente matematizado com a verdade, a cujo serviço se coloca o pensamento como instrumento. Abandona-se assim toda a pretensão do conhecimento de romper a superfície do imediatamente dado para descobrir os sentidos sociais, históricos e humanos (Goergen, 2010, p.69).

Estamos *estandarizados* em uma adequação à imposição de subserviência aos interesses do modo de produção do capital macroeconômico, que “dita regras”, subjetivamente conforme sua vontade, ao mercado ideologicamente racionalizado em uma ação instrumental de coisificação do conhecimento. Um exemplo nesse sentido é o combate à atual pandemia da COVID-19, que não obteve financiamento para pesquisas que viabilizassem uma vacina porque não houve interesse do mercado.

O financiamento acabou porque não havia mercado para a vacina, como explica Peter Kolchinsky, virologista e diretor da empresa de biotecnologia RA Capital. "A realidade é que, quando existe um mercado, existe uma solução", diz ele. "Hoje temos centenas de vacinas para os coronavírus, mas são todas para animais: porcos, galinhas, vacas, etc." (BBC News Mundo, 2020).

A reportagem acima conta que depois dos episódios da gripe da SARS em 2003, um grupo de cientistas continuou pesquisando e já tinha uma vacina quase pronta para a COVID-19 em 2016, porém não encontrou financiamento para levar adiante os testes finais do produto. E isso porque não havia interesse do mercado, ou melhor, as

pesquisas foram direcionadas para imunizar porcos, galinhas e vacas, os quais servem para o consumo humano, deixando os seres humanos a descoberto nesse processo, pois não havia interesse econômico para tal iniciativa, ou seja, não havia “mercado”. E isso quer dizer que não aprendemos suficientemente com as outras pandemias, ficando suscetíveis a esta como se fosse a primeira vez que algo semelhante ocorresse. Os números assustadores dos levantamentos da pandemia do coronavírus divulgados pelos países mostra o quanto essa visão foi míope, quando limitou a tomada de decisões por parte dos governantes e da própria sociedade para financiamento às pesquisas. Nesse sentido, o tratamento paliativo de algumas doenças talvez seja mais lucrativo que a sua cura. Pois, se há a cura da doença não haverá o “giro do capital” para a comercialização de tratamentos, consultas, fármacos, entre outros aspectos economicistas.

Es pues claro que la actual epidemia no es definitivamente el surgimiento de algo radicalmente nuevo o increíble. Esta es la segunda de su tipo del siglo y se situa en su origen. Al punto que, actualmente, la única crítica seria en materia predictiva dirigida a las autoridades es la de no haber apoyado seriamente, después del SARS 1, la investigación que habría puesto a disposición del mundo médico los verdaderos medios de acción contra el SARS 2 (Badiou, 2020, p. 68-69).

E isso é mais dramático ainda, principalmente se levarmos em consideração o movimento mundial que existia pouco antes da eclosão da pandemia da COVID-19, que defendia abertamente teorias infundadas e conspiratórias, difundidas largamente nas redes sociais, contra o uso de vacinas, a defesa da teoria da terra plana, entre outros absurdos anticientíficos, sendo que tais iniciativas contavam inclusive com apoio de governantes. Estamos assim diante de um dilema, como bem definiu o historiador israelense Harari (2020) no seu famoso artigo *Como será o mundo depois do coronavírus*: “Nos próximos dias, cada um de nós terá que escolher entre confiar em dados científicos e especialistas em atenção médica, ou em teorias conspiratórias infundadas e políticos interesseiros”. Esse estreitamento à visão de “mercado” é o que precisa ser transcendido, para não deixar as pesquisas reféns dos sabores do momento, mas que levem em consideração o “fator humano” como algo sempre superior e acima de tudo. Tais situações esquecem, como bem adverte Hegel, que

A passagem do animal ao homem, da consciência (como dimensão animal do homem mesmo) à autoconsciência, é tal como devir estrutural (necessário) daquela dimensão do reconhecimento que, em nível natural, se dá só como contingente. Como tal noção de natureza reconhecedora é uma noção evolutiva de natureza, e, nesse sentido, histórica. O reconhecimento, de fato, é a natureza que consente de sair do estado de natureza e entrar no mundo espiritual (Testa, 2008, p. 114).

Pela autoconsciência o ser humano transcende a simples animalidade e inaugura o distanciamento da natureza e a entrada no mundo histórico e cultural. Esse contrapeso das humanidades é que defendemos estar presente nas decisões do formato da avaliação das pesquisas e programas de pós-graduação, pois sem ele ficamos cada vez mais empobrecidos porquanto reduzidos à reificação sistêmica. Poder-se-ia dizer, ainda, com Adorno, que a reificação é a “regressão do espírito” na construção econômica da semiformação e autorreificação, como sujeito, pesquisador e cidadão.

Por isso a educação, para Adorno (1995), como alternativa para a semiformação, é a orientação à autorreflexão crítica e emancipação, que demonstra ao entendimento deste artigo, uma composição racional que inverte a relação coisa-sujeito e suas relações formadoras e transformadoras, individuais e coletivas. Portanto, dentro do processo das criações racionais do conhecimento que nos levam à formação cultural e à reflexão sobre si mesmo e em relação ao reconhecimento do outro (Honneth, 2003), as coisas buscam seu significado na relação sujeito-sujeito, entre suas relações e verdades, e, não na determinação da coisa-sujeito (reificado), como o que acontece com a atual tendência instrumental e nos ditames do capital.

A “ingenuidade” da visão avaliativa nacional, que induz ao desenvolvimento determinado pelos métodos e objetivos outros, nos cega em relação à visão de nossas próprias riquezas e culturas, segundo a qual se “naturalizam”, forçadamente, as ações determinadas instrumentalmente. Em consequência, temos a recorrente comparação e adoção dos métodos e modelos da sociedade mundial “desenvolvida economicamente”. Em que momento o pesquisador-sujeito-cidadão é livre para a tomada de decisão própria? A autonomia acadêmica “ainda” está assegurada? Ou há uma escravidão aos objetivos do sistema “macro” produtivista, semelhante à relação da dialética hegeliana do senhor e do escravo?

A ação, enquanto é seguimento de uma decisão alheia, deixa de ser própria, segundo o lado do agir ou do querer. Mas resta ainda à consciência inessencial o lado objetivo da ação, a saber: o fruto de seu trabalho e o gozo. Assim, repele de si isso também; e como renuncia à vontade própria, renuncia igualmente à efetividade conseguida no trabalho e no gozo. Renuncia à efetividade [1] em parte como à verdade alcançada de sua independência consciência de si - enquanto a consciência se põe a fazer algo totalmente estranho: [ritual] que lhe traz representações e fala linguagem sem sentido; [2] em parte, como à propriedade exterior - enquanto abre mão do que possuía, que ganhara pelo trabalho; [3] em parte, como ao gozo possuído - enquanto no jejum e na mortificação torna-o de novo totalmente proibido para si (Hegel, 1992, p.150).

Contemporizada na produção de conhecimento na academia, essa relação com a macroeconomia pode ser remetida ao poder subjetivo, induzido e instrumentalmente soberano da macroeconomia. Esta ação instrumental sobre as nações, principalmente em desenvolvimento ou não desenvolvidas, torna-as cada vez menos autônomas em seus objetivos de desenvolvimento social.

A influência da lógica de disputa capital no mercado conduz os pesquisadores e a academia à competitividade, na medida em que os menos favorecidos “mercadologicamente” são marginalizados. A padronização da “visão de sucesso” dentro da sociedade global tem um semiformativo processo de “aceitação” das condicionantes econômicas da cultura hegemônica. Para tanto, é necessária a modelagem (o espelho) e a padronização da referência cultural produtiva em um comparativo *ranking* global com a justificativa de desenvolver economicamente os países ainda “não-consolidados” científica e tecnologicamente.

Onde está a transformação social emancipatória da educação brasileira, a autonomia do país e da academia no *ranking* da economia globalizada? Este perfil competitivo entre universidades e suas pesquisas é naturalizado forçadamente pelo sistema de avaliação, posto que o êxito é o potencial de adequação do pesquisador às regras da produção de conhecimento acadêmico, como um produto útil, formalizado em *status*, *royalties*, patentes e lucros de capital, que determina à academia o padrão dos procedimentos economicistas em seus *rankings* de “excelência” e eficiência administrativa.

Os padronizados ou “melhores” pesquisadores, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação predominantemente ranqueados pelas áreas técnicas instrumentais, serão realmente os “melhores” para o desenvolvimento da sociedade? Por enquanto,

como pesquisadores na área das humanidades, somos produtos e possíveis (ou passivos) produtores, com determinado peso específico e individual para o sistema do Estado-avaliador. Sendo assim, os nossos “esforços acadêmicos” enquanto investigadores científicos são, necessariamente, para o ingresso, crescimento, permanência e manutenção do *ranking* de *status* do pesquisador, do programa de pós-graduação, da instituição e, conseqüentemente, do país.

A pesquisa acadêmica brasileira, mais precisamente nas áreas da sociologia, filosofia e educação, por uma possibilidade e necessidade de reflexão crítica, busca, entre outros enfoques, o levantamento de questões de cunho ontológico do conhecimento e o direcionamento das discussões para temas à luz dos escritores clássicos. Busca a raiz cultural do conhecimento em um sentido mais amplo, juntamente com suas concepções de verdade através da linguagem e do diálogo, e não por imposição ou justificação do instrumental-útil a interesses que determinam o que é economicamente importante e “necessário” para consumo e para a manutenção do movimento do capital.

### **O Estado-avaliador e globalizado: estrutura, fomento, regulação e semiformação**

Existe a possibilidade deste órgão de Estado (CAPES) propor mudanças nas políticas avaliativas com alternativas factuais no desenvolvimento social para equalizar o peso instrumental frente às teorias do capitalismo globalizado? A formação universitária superior objetivada na pesquisa útil pode estar se tornando um processo de semiformação produtivista da academia brasileira?

Não há dúvida do sucesso do modelo CAPES reconhecido no mundo todo como uma referência de objetividade e rigorosidade no trato acadêmico da produção. No entanto, apesar de seu mérito intrínseco, é de se concordar com o argumento de Gatti, André, Fávero e Candau (2003, p. 144), quando asseveram que:

Se acreditamos válido ter-se um modelo de avaliação e credenciamento, se reconhecemos o papel positivo que a avaliação vinha desempenhando na implantação de mestrados e doutorados no país e se pensamos que esse papel positivo pode continuar a se consolidar (mas não cristalizar!), é preciso refletir com maior profundidade sobre os fundamentos políticos do modelo atualmente vigente, seus objetivos e impacto à luz das variadas e variáveis necessidades nacionais, verificando se

seus contornos são os mais adequados para esse momento que o país atravessa, ou se é necessário alterar pressupostos e processos. Essa é uma discussão de fundo que deve prosseguir com a participação de todos. Esse é, sem dúvida, um empreendimento coletivo, de longo prazo.

No entanto, apesar das críticas realizadas costumeiramente pelas áreas da educação, esse modelo tem se mantido com sua mesma base reificada, segundo a qual as relações humanas originais são substituídas por relações conformadas a medidas estatísticas: “Na verdade, há uma métrica a ser seguida que funciona como uma base reificadora, permitindo aos programas de pós-graduação executar a instrumentalização do professor e do estudante.” (Trevisan, Dias & Ferrão, 2020, p. 14). Essa métrica é justificada pelas estruturas de publicação e circulação dos produtos, pois, segundo o ponto de vista aqui defendido, o capital globalizado biopolítico<sup>7</sup> determina os padrões de comportamento do Estado, suas “necessidades” de metas e consumo para a manutenção da roda econômica e procedimentos políticos, para o ingresso de *status* no “mundo desenvolvido”. A ação política do Estado se limita por vezes à imposição de medidas econômicas e cumprimento de finalidades macroeconômicas, como é evidenciado em nossas políticas e planos nacionais.

O Brasil tem uma oportunidade real de se tornar a quinta potência econômica mundial na próxima década. Já somos **autossuficientes em petróleo**, temos uma excelente produção de alimentos, somos líderes na fabricação de aviões, temos uma população das mais jovens do mundo, temos água em abundância, acabamos de descobrir uma **enorme reserva de petróleo** no pré-sal e **temos uma estabilidade política** que nos coloca como um **local privilegiado para os investimentos do capital**. O **único (?)** obstáculo que pode ser colocado no caminho desse grande sucesso é a **falta de mão de obra qualificada** para ocupar os novos postos de trabalho (Brasil, 2010, p.157, grifo nosso).

No entanto, existe estabilidade político-econômica no país atualmente, que propicia a tal fluidez do investimento de capital? O Brasil possui historicamente, no reconhecimento da sua regionalidade e sua formação cultural, uma crise de identidade

---

<sup>7</sup> Entendendo o biopoder como um exercício de cima para baixo, por intermédio do poder do estado que prima pelas técnicas de controle de massa da população por medidas sanitárias e higienistas, e a biopolítica significa a apropriação subjetiva desse poder pela liberdade de adesão aos dispositivos biopolíticos de comando sobre a vida. Para ver mais, consultar Trevisan; Rosa, (2016; 2018).

que se reflete de forma semelhante, e no confronto, com as escolhas por modelos que obtiveram sucesso em países desenvolvidos na política econômica.

A formação cultural, educação e produção social estão definidas pelas ações políticas atualmente, segundo as quais a autoconservação é um objetivo individual e coletivo acima de qualquer outro para a sobrevivência na estrutura competitiva. Desse modo, situa-se em conformidade com os ditames da modernidade instrumental, que se institui com os escritos políticos de Maquiavel e Hobbes:

A filosofia social moderna pisa a arena num momento da história das ideias em que a vida social é definida em seu conceito fundamental como uma relação de luta por autoconservação; os escritos políticos de Maquiavel preparam a concepção segundo a qual os sujeitos individuais se contrapõem numa concorrência permanente de interesses, não diferentemente de coletividades políticas; na obra de Thomas Hobbes, ela se torna enfim a base de uma teoria do contrato que fundamenta a soberania do Estado. Ela só pudera chegar a esse novo modelo conceitual de uma "luta por autoconservação" depois que os componentes centrais da doutrina política da Antiguidade, em vigor até a Idade Média, perderam sua imensa força de convicção (Honneth, 2003, p. 31).

A competitividade do modelo economicista avaliativo, absorvido pela academia, culturalmente impõe uma postura de autopreservação aos propósitos do pesquisador e sua produção de conhecimento para a manutenção do funcionamento, *status* dos programas de pós-graduação e sua inserção neste. A imposição de poder das estruturas de avaliação do Estado determina ao sujeito-pesquisador de todas as áreas de conhecimento, independente de seu objeto de estudo, uma forçada instrumentalização de sua função acadêmica dentro da visão capital da formação cultural e distorcida dos objetivos sociais, portanto. Honneth define bem essa guerra por *status* e ranqueamento na relação intersubjetiva, do seguinte modo:

Esse comportamento por antecipação se exacerba, porém, no momento em que o ser humano depara com um próximo, tornando-se uma forma de intensificação preventiva do poder que nasce da suspeita; uma vez que os dois sujeitos mantêm-se reciprocamente estranhos e impenetráveis no que concerne aos propósitos de sua ação, cada um é forçado a ampliar prospectivamente seu potencial de poder a fim de evitar também no futuro o ataque possível do outro (Honneth, 2003, p.34).

A pesquisa acadêmica pode assim ser uma ferramenta a mando do Estado de poder e dominação e, o conhecimento acadêmico, moeda para o Estado transferir esse

poder e dominação para a macroeconomia e a utilidade para o mercado. O sujeito-pesquisador enquanto espírito, na visão hegeliana, está sendo coisificado pela materialidade ao quantitativo capital e sua servidão à estrutura globalizada e ao doutrinado Estado. Desse modo, ele acaba sofrendo as suas distorções economicistas e patologias sociais na sua relação com a formação cultural e em sua relação com as regionalidades. Sendo assim, seu “espírito” é coisificado pela indução produtivista aos objetivos da produção do conhecimento e ao quantitativo capital, em um processo de servidão aos alvos exclusivamente mercadológicos. Desse modo, a conceituação da acumulação do capital (moeda) assume metafisicamente o topo da pirâmide, sendo isso que define o sujeito determinadamente em detrimento ao seu conhecimento. Ou seja, do mesmo modo como o *status quo*, as roupas, carros e as coisas é que determinam o sujeito na vida social, o pesquisador é significado, reificado e autorreificado por atribuições teleológicas justificadas do capital. Excluindo-se assim a importância do professor (pesquisador) e sua visão da educação, teríamos as estruturas e políticas que norteariam “perfeitamente” o processo ideológico e míope da “formação” no direcionamento aos interesses do Estado pela lógica do mercado na linha do que denuncia Adorno.

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a ideia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdicam seu próprio eu. Desvendar as teias do deslumbramento implicaria um doloroso esforço de conhecimento que é travado pela própria situação da vida, com destaque para a indústria cultural intumescida como totalidade. A necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário. Este é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação. Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de democracia afinal assegurara, as pessoas tornam-se indiferentes frente à democracia, quando não passam até a odiá-la (Adorno, 1995, p.43).

A ideologia da estrutura da ordem econômica permeia os interesses da educação, academia e a pesquisa acadêmica. A autonomia universitária é gradativamente cerceada através dos investimentos e políticas de incentivo ao setor produtivo. Desse modo, os

objetivos da educação brasileira e da pesquisa na academia são condicionados pelos ditames da economia. Estaremos desse modo colaborando na construção de um processo de semiformação de acordo com a visão instrumental de “ser humano”, em que o seu “potencial” é avaliado como um produto e sua produtividade reificada como “coisa” engrenada na roda capital como objeto, e não como sujeito consciente-de-si e autorreflexivo.

Em primeiro lugar, há uma transformação básica na chamada superestrutura, confundindo-se os planos da economia e da cultura. A indústria cultural determina toda a estrutura de sentido da vida cultural pela racionalidade estratégica da produção econômica, que se inocula nos bens culturais enquanto se convertem estritamente em mercadorias; a própria organização da cultura, portanto, é manipulatória dos sentidos dos objetos culturais, subordinando-os aos sentidos econômicos e políticos e, logo, à situação vigente. Além disto, ocorre uma interferência na apreensão da sociedade pelos seus "sujeitos" pelo mecanismo da "semiformação": seja com conteúdos irracionais, seja com conteúdos conformistas (Adorno, 1995, p.20).

Neste movimento, às áreas humanas do conhecimento como a educação, filosofia, sociologia é necessária a visão de pesquisadores ontologicamente embasados e comprometidos com a busca da verdade (Honneth, 2003; Habermas, 2004). O compromisso parcial da percepção economicista e opinativo-determinístico de áreas técnico instrumentais não pode permear o forte embasamento teórico-prático desses pesquisadores das áreas humanas, e deslocar os princípios fundamentais da formação do sujeito para uma semiformação ideológica totalitária como ocorreu no Holocausto (Adorno, 1995).

Após Auschwitz, é preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado, evitando que esse perdure e, assim, que ele se repita. O filósofo alerta os educadores em relação ao deslumbramento geral, e em particular o relativo à educação, que ameaça o conteúdo ético do processo formativo em função de sua determinação social. Isto é, adverte contra os efeitos negativos de um processo educacional pautado meramente numa estratégia de “esclarecimento” da consciência, sem levar na devida conta a forma social em que a educação se concretiza como apropriação de conhecimentos técnicos (Adorno, 1995, p.11).

A economia e suas determinações “libertadoras” por consequência, aceitas ideologicamente, glorificadas pela sociedade e sua semiformação, nos levariam à autonomia ou ao totalitarismo? Realizaremos através da educação a constituição de uma

autonomia devido à autorreflexão crítica adorniana, se cremos ser suficiente e necessário acreditar tão somente no competitivo *ranking* da CAPES. A partir desse comportamento de autopreservação, poderemos colaborar para uma construção social através da educação brasileira. A noção da realidade pode se distorcer frente à imersão nas ideias de desenvolvimento econômico, como uma ideologia. A semiformação, na visão de Adorno (1995), constitui-se em uma visão míope, de si próprio, no caso, reduzida às intenções macroeconômicas e políticas do Estado, sem perceber que é teleologicamente<sup>8</sup> formado, para tanto. Lutamos para obter o *status* e nos “contentarmos” com tal, sem de fato caminharmos para o real desenvolvimento social do país.

As performances culturais dos povos são características regionais, assim como a sua produção de conhecimento e costumes. Neste contexto, as diferentes nuances devem ser respeitadas como características, mesmo em uma sociedade globalizada, provendo assim que a regionalidade possa ser valorizada por suas características próprias e não por semelhança aos modelos referenciados como excelentes.

Portanto, em uma competição de posicionamento e credo, não chegaremos ao entendimento, ao reconhecimento do outro e à construção das concepções de verdade, apenas atrelados a disputas e concorrências entre ideias, justificações e argumentações. Comentando a obra de José Dias Sobrinho, *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?*, Perim, Luz, Almeida et. al. (2006) vão dizer que:

Sua análise comprova isto pela constante perda de autonomia universitária, principalmente nas atividades que correspondem à investigação científica. Os rumos da pesquisa têm sido decididos, em sua maioria, pelas fontes financiadoras. Deixar o financiamento ao mérito do mercado significa atrofiar e esquarterar as áreas de pesquisas fundamentais, com o conseqüente amordação do Estado constitucional. Nesse sentido, cabe salientar que os órgãos governamentais, ainda que trabalhando com dinheiro público, tendem a financiar projetos diretamente vinculados aos interesses do setor produtivo (p. 175).

---

<sup>8</sup>Teleologicamente é um termo referente a instrumento e razão instrumental, portanto, ações teleológicas e mundo sistêmico, orientado ao convencimento e não ao consenso na visão de Habermas (2004).

Este modelo avaliativo de produção científica incentiva as universidades à disputa do mercado acadêmico através de estratégias competitivas. O fator econômico parece assim determinar diretamente o avanço social nos países em desenvolvimento. Neste sentido voltamos ao questionamento: Um sistema avaliativo colaborativo é possível?

### Aspectos conclusivos

O modelo atual de sociedade globalizada está relacionado com processo de produção do conhecimento, e, este, atrelado às relações de poder e dominação tecnológica. O conhecimento produzido na academia brasileira atende às intenções econômicas do Estado e, por isso, para a manutenção do *status* perante a avaliação CAPES, os programas de pós-graduação tendem necessariamente, pelo modelo produtivo, a se enquadrar no *ranking* de produção. Para o Estado o pesquisador acadêmico tem sua funcionalidade produtiva através de sua integração aos interesses regulados por políticas de avaliação da sua “excelência”. A fluidez da macroeconomia globalizada permite o favorecimento das tendências capitais no investimento de mercado e a volatilidade comparativa da consistência cambial da moeda entre países, desfavorável principalmente aos países em desenvolvimento e não desenvolvidos economicamente. Como vimos, inclusive no exemplo da COVID-19, o conhecimento econômico-produtivo ocupa a necessidade de financiamento do Estado e da macroeconomia globalizada.

A diferença de grandeza avaliada pela CAPES não está no pesquisador ou na produção do conhecimento, está entre, ou seja, na comparação competitiva da capacidade de adequação à produção de conhecimento útil do pesquisador às normas que emanam do Estado. Portanto, isto pode ser uma explicação do “por que” competitivamente *(a)creditamos* em um teleológico e instrumentalizado desenvolvimento econômico; este subjetivo aos interesses do mercado-dinheiro-capital transnacional, ao invés do desenvolvimento social e educação do país. Nesta visão avaliativa temos uma classificação no *ranking* econômico que não condiz com o desenvolvimento social, nem com a educação do país. Desse modo, as políticas públicas de avaliação na produção científica brasileira, atualmente, aprisionam o pesquisador aos

*rankings*, cerceando sua autonomia, assim como a da universidade. A pressão social no cidadão em relação aos seus “deveres” isenta o Estado-avaliador de sua responsabilidade, na medida em que aprisiona a liberdade do sujeito às metas estabelecidas para o desenvolvimento em uma única perspectiva.

Portanto, enquanto pesquisadores “curricularizados” no sistema CAPES, estamos envolvidos em uma competição entre programas, pesquisas e ideias na qual quem de fato vence é o sistema avaliativo-econômico, e aqueles que se adaptam cada vez mais aos seus interesses instrumentais. Portanto, caracteriza-se a induzida disputa pela manutenção do *status* de produção intelectual e conceito dos programas, e não se considera o conhecimento acadêmico em si e a sua finalidade social e transformativa. Nesta concepção macroeconômica global, o Estado, a academia, o conhecimento e o pesquisador não precisam *ser* de fato (como uma verdade), e sim, *estar* funcionalmente integrados na estrutura do capital como um produto aceito. É necessário “estar” como um resultado, e, não importa “ser” como uma verdade, um sujeito na visão hegeliana. Somos determinados ao “ter”, que, ainda dentro da perspectiva hegeliana, é como uma substância morta, e sendo assim, abrimos mão do “ser” enquanto movimento que representa a fluidez da vida do sujeito.

Dentro desses princípios, justifica-se o fortalecimento da comunidade científica no questionamento ao conjunto político-social que cerceia a liberdade acadêmica e o exercício profissional pelo financiamento. É que a transformação dessa conjuntura desfavorável ao elemento humano nas pesquisas passa pela ressignificação da ideia de formação cultural, valorização maior das regionalidades, pela formação de redes e na afirmação da cultura acadêmica própria, colaborativa e menos inspirada em “modelos exteriores”. Não podemos nos afastar do que é imperativo de fato para o que é relativo à atribuição subjetiva de peso, quando se trata dos interesses do Estado, pois sendo assim, este não conseguiria sustentar a sua função primordial de existência, que se justifica na promoção do bem-estar do cidadão, e, conseqüentemente, da sociedade. O desenvolvimento econômico é um meio e não um fim, não podendo determinar ao social o que ele deve ser e fazer, a não ser por uma visão economicista e reificada, dentro de uma semiformação cultural. Como pesquisadores em educação, temos que, através da análise crítica de propostas embasadas no foco do desenvolvimento social do

país, trazer materialmente a organização da economia, ainda como “ideal” metafísico, para o mundo real, retirando-a da ideológica convivência, glorificação e justificação dos deuses macroeconômicos e do Estado.

### Referências

- Adorno, Theodor. (1995). *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgan Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra.
- Agamben, Giorgio. (2012). "Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro". Entrevista com Giorgio Agamben. *IHU ON-LINE*. Instituto Humanitas: UNISINOS, 30/08/2012. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>
- Agamben, Giorgio. (2011). *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2007). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agamben, Giorgio. (2012). Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro. Entrevista com Giorgio Agamben, concedida a Peppe Salvà e publicada por *Ragusa News*, em 16-08-2012. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>
- Badiou, Alan. Sobre la situación epidémica. (2020). In: Amadeo, Pablo (ed.); Giorgio Agamben [et al.]. *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*. La Plata [Argentina]: ASPO, 2020 [03-31], p. 67-78. Recuperado de: [https://ead06.proj.ufsm.br/pluginfile.php/2624370/mod\\_resource/content/1/Livro%20Sopa%20de%20Wuhan%20ASPO.pdf](https://ead06.proj.ufsm.br/pluginfile.php/2624370/mod_resource/content/1/Livro%20Sopa%20de%20Wuhan%20ASPO.pdf)
- Bbc News Mundo*. Coronavírus: como o mundo desperdiçou a chance de produzir vacina para conter a pandemia. 10 ABR 2020. Recuperado de: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2020/04/coronavirus-como-o-mundo-desperdicou-chance-de-produzir-vacina-para-conter-pandemia.html>
- Brasil. (2010a) Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Brasília, v. 1.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Dias Sobrinho, José. (2003). *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez.
- Dias Sobrinho, José. (2004). Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88.
- Dias Sobrinho, José. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez.

- Dias Sobrinho, José. (2012). Universidad, conocimiento y construcción de un mundo nuevo. In: *InterCambios*, nº 1. Recuperado de: <http://intercambios.cse.edu.uy>
- Gatti, Bernardete, André, Marli, Fávero, Osmar, & Candau, Vera Maria F. (2003). O modelo de avaliação da CAPES. *Rev. Bras. Educ.* n. 22, Rio de Janeiro, jan./abr., p. 137-144.
- Goergen, P. L. (2012). A internacionalização dos programas de pós-graduação. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 19, n. 2, Passo Fundo, p. 247-257, jul./dez.
- Goergen, P. L. (2011). Educação, ciência e tecnologia. *Revista Exitus*, v. 1, p. 11-19.
- Goergen, Pedro. (2010). Educação instrumental e formação cidadã: observações críticas sobre a pertinência social da universidade. *Educar*, Curitiba, n. 37, p. 59-76, maio/ago.
- Habermas, Jürgen. (2004). *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola.
- Harari, Yuval Noah. (2020). O mundo depois do coronavírus. *Revista IHU ON-LINE*. Instituto Humanitas UNISINOS. Recuperado de: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597469-o-mundo-depois-do-coronavirus-artigo-de-yuval-noah-harari>
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. (1992). *Fenomenologia do espírito*. Tradução Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Rio de Janeiro: Vozes.
- Perim, Gianna, Luz, Sueli Petry & Almeida, Maria de Lourdes P. de (et. al.). (2006). Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? *REP - Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 13, n. esp., p. 173-177.
- Honneth, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34.
- Neave, Guy. (2021). O Estado-Avaliador como política em transição: um estudo histórico e anatômico. In: Cowen, R., Kazamias, A. M. & Ulterhalter, E. (Orgs.). *Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas*. Brasília: UNESCO, CAPES, p. 675-696.
- Testa, Italo. (2008). Intersubjetividade, natureza e sentimentos morais. A teoria crítica de A. Honneth e a regra de ouro. *Civitas- Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 1, jan.-abr., p. 94-124.
- Trevisan, Amarildo L., Dias, Evandro D. & Ferrão, Iara. (2020). Avaliação, produção de conhecimento e formação de professores entre associações e rupturas. *Rev. Bras. Educ.*, v. 25, p. 1-19.
- Trevisan, Amarildo Luiz & ROSA, A. G. (2018). Indústria Cultural, Biopolítica e Educação - ISSN: 0103-7307. *Pro-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 29, p. 423-442.
- Trevisan, Amarildo Luiz & Rosa, A. G. (2016). Biopolítica, formação cultural e educação. Homenagem a Antônio Joaquim Severino. In: Dalbosco, Claudio A.; Pagni, Pedro A. & Gallo, Sílvio. (Org.). *Filosofia da Educação como práxis*

*humana*: homenagem a Antônio Joaquim Severino. 1ed. São Paulo: Cortez Editora, v. 1, p. 265-282.

Recebido: 21/04/2020

Aceito: 10/06/2020

Publicado: 30/06/2021

**NOTA:**

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.